

*Imprensa e opinião pública:
papel e estratégias do jornal O Estado de São Paulo
para a formação do consenso*

Francisco César Pinto da Fonseca

Fundação Getúlio Vargas

Resumo

Através da análise de editoriais e notícias do jornal “O Estado de S. Paulo”, este artigo mostra este jornal como um agente político-ideológico para a divulgação do liberalismo.

Palavras-chave: opinião pública; mídia; imprensa; hegemonia

Abstract

Through the analysis of the news and editorials of the newspaper “O Estado de S. Paulo”, this article shows this newspaper as a political and ideological agent in order to spread the liberalism.

Keywords: public opinion; media; press; hegemony

Introdução¹

O jornal “O Estado de São Paulo” ocupa há mais de um século papel singular na imprensa, atuando como “aparelho privado de hegemonia” em prol da causa liberal, sob a qual escolhe a defesa do capitalismo e da dominação político/econômica, ou, numa palavra, o “status quo”.

Feitos históricos do jornal - pertencente à família Mesquita² - atestam sua significação nas contendas políticas do país: a participação na Revolução de 32 e a interventoria de Armando Salles de Oliveira na então Província de São Paulo a partir de 1934; a participação nas conspirações que levaram ao golpe de 1964; e, principalmente, o decisivo apoio para a fundação da Universidade de São Paulo, notadamente no que tange à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, com o intuito de produzir uma elite letrada que liderasse o desenvolvimento social e moral ao país.

Através de diversos meios de comunicação que o grupo “OESP”³ detém - especialmente através do jornal em questão - este procura essencialmente: a) inculcar valores concebidos como liberais à opinião pública; b) defender posições concretas, rejeitando outras, pertinentes aos interesses que defende; e c) atuar no sentido de “manipular” interesses sociais - sem descuidar de seus próprios interesses empresariais.

Especialmente em conjunturas críticas, como a transição para a democracia ocorrida a partir de 1984, onde a publicização concreta de concepções de como deveria ser a democracia era propiciada pela necessidade de reordenamento político/institucional, a análise do papel da imprensa enquanto formadora de consenso é fundamental para que se compreenda os rumos enveredados pela democracia brasileira.

¹ Este artigo é uma compilação de fragmentos da dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da UNICAMP em 1994, intitulada: “A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): projeto político e estratégias de convencimento (revista VISÃO e jornal O ESTADO DE S. PAULO)”.

² A família Mesquita é proprietária do “grupo OESP”, ao qual se incluem, além do periódico em foco, o Jornal da Tarde, a Rádio Eldorado (nas frequências AM e FM), a agência de notícias “Estado” e a gráfica “OESP”.

³ Denominaremos o Jornal em questão como “OESP”.

“OESP” e a opinião pública

De modo geral, para “OESP” o papel da imprensa deveria ser o de formar e, ao mesmo tempo, informar a opinião pública, o que é de extrema importância para o objetivo político/ideológico do jornal ao mesmo tempo que expressa sua auto-imagem. O correto entendimento da caracterização do periódico, assim como do papel a que se propõe, inclui necessariamente observar sua concepção do que seja a imprensa e a opinião pública. Assim, ao comentar a desinformação a respeito dos rumos da sucessão do Gal. Figueiredo, afirma que:

“A responsabilidade que temos de informar a opinião pública, por um lado, e, por outro, de ajudar a formá-la, articulando em nossos comentários editoriais diários aquilo que nos pareça relevante, por refletir o senso comum, o pensamento dos cidadãos comuns de uma sociedade - que, afinal, de alguma forma devemos refletir, porquanto convivemos com ela e seus problemas em tempo mais que centenário -, esbate-se, às vezes (...) com a volatilidade dos fatos (...)”. (12/05/84, grifos nossos).

A passagem acima expressa duas questões relevantes. A primeira diz respeito ao binômio formar/informar, pois confere aos meios de comunicação um poder extraordinário. Ocorre, contudo, que a formação da opinião pública assenta-se numa miríade de estruturas e circunstâncias, tais como o acesso ao leitor à informação, a capacidade de processá-la, a dimensão do público leitor, as visões opostas ou alternativas de mundo por parte da própria imprensa ou divergências em relação a assuntos tópicos - caso da diferença de posição em relação às eleições diretas para “OESP” e para o jornal Folha de São Paulo⁴ -, entre outras. A informação, tida pelo jornal como algo objetivo, difere e num certo sentido, contrasta com o caráter formativo. A questão decorre desta, pois se o jornal afirma formar/informar a opinião pública, visando portanto a alguns fins, não há razão em refletir justamente esta opinião pública por ele formada e informada. Isto é, **“OESP” refletiria a si próprio**. Sua concepção de opinião pública parece ser a de algo completamente modelável; daí a ênfase em que se auto-atribui seu papel modelador.

⁴ É oportuno lembrar que o jornal Folha de S. Paulo atingiu grande poder de influência na opinião pública assim como a liderança nas vendas a partir de seu apoio decisivo à restauração das eleições diretas para a presidência da República em 1984/85. “OESP”, por seu turno, manteve-se ambivalente, inclusive por não questionar a legitimidade do então Colégio Eleitoral, responsável pela indicação do presidente da República. Só passou a apoiar as “diretas-já” quando tornou-se inevitável a eleição presidencial pelo Colégio Eleitoral (com a derrota da emenda Dante de Oliveira), sobressaindo-se a figura de Tancredo Neves - em outras palavras, apoiou a restauração das “diretas-já” por sê-la inviável naquele momento, procurando, com isso, reconciliar-se com a opinião majoritária da sociedade.

Por outro lado, é importante observar que, apesar do jornal associar corriqueiramente suas opiniões e posições à aceitação da opinião pública, isto é, ambos sempre em sintonia, requerendo e vetando os mesmos agentes sociais, idéias e políticas, diversas vezes deixa transparecer, involuntariamente, a diferença de posições entre um e outro. A afirmação de que o cidadão médio brasileiro postasse ao “centro” do espectro, ser predisposto ao liberalismo, entre tantas outras características que o jornal requer para si, é contrastada quando os candidatos e partidos por ele apoiados não ganham eleições e quando a maioria da população apóia idéias às quais “OESP” se opõe. Dos inúmeros casos onde esta dissintonia em geral ocorreu, “OESP” ou a omitiu ou a reconheceu, sem se dar conta de que o fazia: foi o caso do apoio entusiástico da população ao congelamento de preços nos planos econômicos, ao que, de modo geral, o jornal se opôs⁵, pois reconhece que **“para a opinião pública, a essência do Plano Cruzado consistia precisamente no congelamento de preços”**. (06/12/86).

À imprensa, contudo, haveria outras atribuições, mas que se expressam sinuosamente em “OESP”. Assim, crê ser **“o papel (...) dos veículos de comunicação (...) o de esclarecer a opinião pública, precisamente sobre a magnitude dos problemas e do decurso de tempo necessário para suas respectivas soluções”**. (18/01/85, grifos nossos). Ao indivíduo - conceito caro ao liberalismo e propalado pelo jornal - parece não haver qualquer autonomia, pois a imprensa a tudo lhe proferia em termos de idéias, pois o jornal **informa/forma/esclarece**.

Os meios de comunicação, para “OESP”, proveriam o indivíduo ainda num setor-chave das sociedades democráticas - o voto, pois haveria demagogos (expressão genérica que contempla segmentos díspares pois dependente de quem assim as concebe) a enganar os eleitores. Daí:

“(...) cumprirá aos veículos de comunicação de massa, no desempenho da missão de formar opinião em torno de soluções válidas para os problemas nacionais, orientar a opinião pública para a escolha de candidatos capazes de advogar (...) soluções com utilidade, no foro legislativo. Na medida em que souberem destacar méritos pessoais [e

⁵ “OESP”, em nome do liberalismo e da liberdade do mercado, foi contrário ao instituto do congelamento de preços; no entanto, não opôs-se por princípio e de forma radical - como o fez, por exemplo, outro órgão de imprensa auto-proclamado liberal, a revista VISÃO -, pois acreditava ser o choque produzido pelo Plano Cruzado positivo ao combate à inflação e aos aproveitamentos dos eleitos desta: os partidos e sindicatos à esquerda no espectro. Além disso, acreditava que o capitalismo nacional teria a ganhar com a, prometida, estabilidade da economia.

não interesses – FCPF] e posições doutrinárias [distinta, portanto, das posições ideológicas – FCPF], jornais, revistas e emissoras contribuirão decisivamente para conter os riscos [da demagogia - FCPF] (...). (09/06/85, grifos nossos).

A orientação ao voto - decisão individual, intransferível, modelada por interesses, cultura política, além de variáveis sócio-econômicas procura suprimir todo esse complexo de decisões privadas em nome do “bem comum”⁶. Os candidatos seriam escolhidos segundo sua doutrina, isto é, o liberalismo, pois todas as outras correntes de pensamento seriam ideologias⁷; e também as virtudes pessoais e não os interesses que representam. “OESP” só indicaria candidatos que representassem justamente os interesses que levassem ao “bem-comum”, ou seja, o fortalecimento do capitalismo, do mercado, dos valores liberais etc... Tudo isso apenas corrobora a capacidade do jornal de universalizar o particular.

Assim, assumindo que os meios de comunicação expressam a opinião (nada diz contudo acerca dos interesses) de seus proprietários, em resposta à proposição dos partidos e sindicatos à esquerda no espectro de se criar conselhos editoriais (aonde participariam diversos segmentos sociais) como forma de democratizar a informação, afirma representar tal proposta:

“(...) intervenção indevida no exercício da propriedade dos jornais e revistas - que são sociedades anônimas ou por cotas e cuja orientação deve refletir o pensamento dos acionistas ou dos cotistas. Estes, por terem empenhado capital na empresa, têm o direito de eleger os diretores que responderão por ela. Recorde-se que se a empresa quebrar o prejuízo será de quantos investiram para que se formasse e

⁶ A utilização de expressões universais, tais como “Pátria”, “Nação”, “Povo” e “Bem Comum”, entre outras, é usual em “OESP” que, desta forma, procura - de forma particularista - inculcar idéias, valores e ações/vetos concretos aos seus leitores como se fossem gerais, universais, isto é dos interesses sociais e de eventuais visões de mundo divergentes. Tal prática tem como premissa a concepção unitária de verdade e o caráter “iluminado” de quem a detém e tem sido usual a diversos agrupamentos político/ideológicos ao longo da história. João Almino já a identificara na Constituinte de 1946. Cf. ALMINO, João - Os Democratas Autoritários. S. Paulo: Brasiliense, 1980.

⁷ O jornal distingue doutrina de ideologia no seguinte sentido: o liberalismo é concebido como o único conjunto de valores doutrinários, isto é, seria doutrina na medida em que não pretenderia ser um modelo completo e fechado do mundo. Afinal, “ideologia (...) é sempre concepção total do homem, do mundo e da história, marcada por uma pretensão de cientificidade (...)” BARROS, R.S.M. - “Liberalismo e Ideologia” in Estudos Liberais (do mesmo autor). S. Paulo; TAQ, 1992. Note-se que este autor foi por muitos anos articulista do jornal, sendo a passagem acima um dos artigos reunidos em livro. O interessante a perceber diz respeito ao fato - desconsiderado pelo autor e, por extensão, pelo jornal - de que as duas grandes correntes antagônicas ao liberalismo - anarquismo e socialismo - possuem uma pluralidade de ramificações (tal como o liberalismo, diga-se), o que por si só demonstra o caráter não hermético de seus modelos. Por isso, ou se as considera todas doutrinas ou todas ideologias...

operasse. Logo, ao risco que correm, há de corresponder o direito de decidir por ela, sobretudo no tocante à linha doutrinária (e não ideológica) a adotar.”

“Por que as esquerdas não tratam de imprimir seus jornais e suas revistas e conquistar adeptos para o definitivo controle da sociedade pelo poder público?” (17/05/87, grifos nossos).

Apesar da omissão deliberada de “OESP” a respeito da relação opinião dos proprietários/interesses que defendem, tal relação é implicitamente aceita ao associar (exclusivamente, diga-se) risco empresarial e linha editorial (opinião), demonstrando mover-se no âmbito dos interesses, notadamente no que se refere ao fato do jornal ser uma empresa privada que, como qualquer outra, objetiva lucros.

Neste aspecto, observe-se que em nome da possibilidade do “desemprego e da perda de liberdade”, devido ao corporativismo, criticou os projetos de salário mínimo e regulamentação da profissão de jornalista, portando-se, sem jamais admitir contudo, como patrão, isto é, proprietário de empresas jornalísticas, requerendo lucros, sem preocupar-se em investir no “capital humano”, típica, tal postura, do empresariado brasileiro. O sentido de interesses, entretanto, certamente é muito mais amplo do que este indicado, pois trata-se do papel do jornal enquanto: a) agente político/ideológico; e b) (como consequência deste) porta-voz de interesses gerais (reprodução da sociedade capitalista)⁸.

O caráter doutrinário apregoado, e não ideológico, possibilitaria ao jornal versar sobre o “bem comum”, representando uma oportuna justificativa. Esta, contudo, ao sugerir aos grupos à esquerda que possuíssem os “seus” próprios jornais, indica claramente que as idéias e atores desta matiz estariam “vetados” (em sentido amplo), ou concebidos de forma muito particular (facciosa), nas páginas de “OESP”. Trata-se, afinal, de um embate político e ideológico travado especialmente durante a transição, sendo, portanto, esta postura do jornal característica de sua atuação.

⁸ É importante observar que o jornal efetivamente não defende interesses de grupos setoriais. Move-se, ao contrário, sempre no sentido de propor e vetar políticas que, ao seu ver, beneficiem a reprodução da sociedade (tomada em sentido amplo) capitalista nacional. Seus interesses empresariais, enquanto grupo empresarial, complementa perfeitamente tal postulado, na medida em que faria parte do todo capitalista. E isso, por mais que sua base explícita de apoio seja a classe média, como muitas vezes indicou, pois via neste estrato social: a) o canal social concreto de transmissão dos valores “ideológicos” capitalistas, tais como a sociedade de consumo, a propriedade privada, a hierarquia social etc.; e b) a “faixa” de mercado consumidor. Mais ainda, a sociedade que “OESP” requer é a “sociedade cujo pilar de sustentação é a classe média, na qual o poder público vai buscar sempre os quadros e líderes que necessita, (...) [esta classe é] permeável a que ascendam não poucos dos melhores e dos mais capazes, procedentes de setores de renda mais baixa” (19/06/86, grifos nossos).

Por outro lado, é fundamental que se perceba a concepção de verdade por parte do jornal (o que implica também observar-se a importância da retórica no embate político/ideológico). Isso porque afirma categoricamente praticar a objetividade e a isenção jornalística, donde objeto (a notícia) e sujeito (o jornal) não se misturariam, isto é, o último seria completamente distanciado do primeiro, encarando-o de forma neutra, pois:

*“Não confundamos (...) as **notícias**, as informações de fatos veiculados pela imprensa, com as **opiniões** expressas em editoriais ou artigos. As **opiniões** jornalísticas, em relação às quais inescapável é o cunho de subjetividade que transmitem sob forma escrita convicções e interpretações - e assim o é na imprensa livre de qualquer democracia - não são a mesma coisa que a objetividade das notícias publicadas por um veículo”.*

*“Em ambos os casos, contudo, não pode deixar de prevalecer o reconhecimento dos fatos, a informação sobre o que é real - mesmo que a isso se acresça uma opinião crítica, em espaço adequado do veículo, onde fique bem caracterizado o que é **opinião** e o que é **notícia**”.* (19/11/85, grifos nossos e negritos do jornal).

Em verdade, a cobertura propriamente jornalística das notícias jamais pode destoar dos editoriais, pois: a) editoriais e notícias compõem o todo de um jornal, possuidor de certos objetivos e interesses; b) a elaboração de um periódico obedece a uma linha editorial ditada pelos seus proprietários, sendo os jornalistas contratados obrigados a segui-la (o que, aliás, é implicitamente reconhecido pelo jornal em passagem há pouco transcrita); c) um mesmo fato (a notícia) pode ser noticiado e interpretado de diversas maneiras, não sendo possível a neutralidade absoluta em qualquer atividade humana, mormente as relativas ao jogo político; d) em especial o jornal **O Estado de S. Paulo** atua ostensivamente, como já o indicamos, como agente político/ideológico, o que faz com que suas reportagens, à guisa de seus editoriais, obedeçam aos mesmos objetivos, defendendo e criticando atores, idéias interesses - mesmo que de forma muito mais sutil quando nas reportagens.

Mesmo afirmando reconhecer o caráter subjetivo dos editoriais, é importante observar que acredita “prevalecer o reconhecimento dos fatos”, isto é, acredita comentar, nos editoriais, fatos “reais” - o que faria com que seus comentários não representassem uma interpretação, entre outras possíveis, e sim a única possibilidade advinda da “realidade”, por excelência uma.

Por outro lado, a própria denominação do espaço formalmente opinativo em nada se apresenta como tal, pois intitulado “**Notas e Informações**”, o que dá a impressão ao leitor desavisado de se tratar de um espaço como qualquer outro no jornal. Afinal, a idéia que especialmente o termo “informações” transmite relacionar-se com a transcrição de ocorrências (por mais que o relato destas, como dissemos, implique numa maneira de interpretá-las), e não com comentários “subjetivos” sobre as mesmas. A objetividade apregoada é, portanto, uma peça retórica ao mesmo tempo que, uma vez mais, expressa a concepção unitária e exclusivista da verdade.

Conclusões gerais

O jornal “O Estado de S. Paulo”, agente político/ideológico voltado ao espraiamento (de uma concepção particular) dos valores liberais, por um lado historicamente soube se utilizar das características atinentes aos órgãos de comunicação e, por outro e mais importante, vem atuando como “aparelho privado de hegemonia”.

Sua concepção de opinião pública, assim como o papel que se auto-confere para a formação da mesma o qualificariam como “entidade iluminada” - à guisa da elite letrada que fundou a USP -, postada à frente do conjunto de interesses e visões de mundo existentes na sociedade. Há claramente, portanto, um projeto autoritário por parte deste jornal que se auto-proclama liberal, significando, com isso, uma amostra relativamente representativa do próprio liberalismo existente e desenvolvido no país.

Por fim, o projeto liberal/capitalista do jornal, que objetiva a manutenção do “status quo” numa sociedade desigual, hierárquica e politicamente autoritária, apresenta-se em sintonia com o “modus operandi” de efetivá-lo, isto é, sua atuação concreta. Esta, por sua vez, pode ser entendida através da concepção que possui da opinião pública, da verdade, e do papel do jornal em relação a elas.